



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10830.720283/2010-71
Recurso nº	Embargos
Acórdão nº	2801-003.648 – 1ª Turma Especial
Sessão de	12 de agosto de 2014
Matéria	IRPF
Embargante	FAZENDA NACIONAL
Interessado	ADYR MOURA FERREIRA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2004

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXISTÊNCIA DE OMISSÃO - AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGAMENTO - RERRATIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

Constatada a existência de omissão de ponto sobre o qual devia pronunciar-se o Colegiado no acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos de declaração de forma a sanar o vício apontado.

Não havendo alteração do resultado do julgamento proferido no acórdão embargado, este deve ser rerratificado.

DIAT. QUEM DEVE DECLARAR.

O contribuinte do ITR, proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT.

Embargos de Declaração Acolhidos Sem Efeitos Infringentes.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração e rerratificar o Acórdão de nº 2801002.861, sem alteração do resultado do julgamento, nos termos do voto do Relator.

Assinado digitalmente
Tânia Mara Paschoalin - Presidente.

Assinado digitalmente
Carlos César Quadros Pierre - Relator.

Documento assinado digitalmente conforme MCT nº 2.2002 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 19/08/2014 por CARLOS CESAR QUADROS PIERRE, Assinado digitalmente em 19/08/2014 por CARLOS CESAR QUADROS PIERRE, Assinado digitalmente em 19/08/2014 por TANIA MARA PASCHOAL IN

Impresso em 04/09/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Tânia Mara Paschoalin, José Valdemir da Silva, Ewan Teles Aguiar, Carlos César Quadros Pierre, Marcelo Vasconcelos de Almeida e Marcio Henrique Sales Parada..

Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional em face do Acórdão nº 2801002.861 (fls. 111/118 deste processo digital), por meio do qual este Colegiado, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso voluntário interposto pelo Recorrido.

Aduz a Embargante que o Colegiado admitiu premissa inexistente, qual seja, de que o Embargado apresentou a DIAT.

Observa que o Recorrido não apresentou a DIAT relativa ao ano de compra, nem tampouco a da alienação, e que as DIAT foram apresentadas por terceiros.

Conforme despacho de fls. 124/125, os embargos foram acolhidos relativamente à contradição apontada para que se possa proceder ao aclaramento da situação em questão.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Carlos César Quadros Pierre, Relator.

Os embargos são tempestivos e atendem às demais condições de admissibilidade, portanto merecem ser conhecidos.

No caso, alega a Embargante que o acórdão que proveu o recurso voluntário apresentava contradição e omissão, uma vez que admitiu premissa inexistente, qual seja a de que o contribuinte apresentou a DIAT.

De fato o Relator é categórico ao afirmar que houve sim a entrega dos DITR's à Receita Federal, tanto do ano de aquisição quanto de alienação do imóvel. In verbis:

“Ora, no caso em tela não resta a menor dúvida de que as DITR'S dos anos de aquisição e alienação, referentes ao imóvel em questão, foram enviadas para a RFB”(pág. 118 dos autos)

Entretanto, conforme se extrai dos autos, as DITR's não foram entregues pelo contribuinte, mas sim por terceiros conforme consta da decisão da DRJ.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 19/08/2014 por CARLOS CESAR QUADROS PIERRE, Assinado digitalmente em 19/08/2014 por CARLOS CESAR QUADROS PIERRE, Assinado digitalmente em 19/08/2014 por TANIA MARA PASCHOAL

IN

Impresso em 04/09/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

O Relator, em seu voto, não foi específico ao mencionar quem de fato teria procedido à entrega das DITR's, abrindo margem para interpretação errônea, permitindo, então, que se chegasse a equivocada conclusão de que o responsável pela entrega das DITR's teria sido o contribuinte.

Sendo assim, há que se reconhecer a omissão apontada para que se possa proceder ao aclaramento da situação em questão.

De fato, conforme apontado pela Embargante, o relator não especificou quem teria efetuado o oferecimento das DITR's, porém não houve admissão de premissa inexistente.

O que ocorreu foi uma omissão do acórdão em apontar o cumprimento da obrigação secundária pelo vendedor do imóvel em 2001 e 2002 e pelo posterior adquirente do mesmo em 2003. Tal fato já havia sido reconhecido pela DRJ quando de seu julgamento, nas páginas 78 e 79 dos autos:

Na análise dos documentos apresentados, verifica-se que o contribuinte adquiriu o imóvel rural, localizado no Bairro do Fogueteiro, em Campinas, denominado Sítio São José, em 07/08/2001, da empresa SOCICAM Administração de Projetos e Representações Ltda., CNPJ 43.217.280/0001-05, conforme Escritura de Venda e Compra lavrada (fls. 23 a 29), pagando o valor de R\$ 400.000,00.

Posteriormente, em 20/12/2002, o impugnante alienou o sítio para a empresa JCPG Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ 05.616.702/0001-18, pelo valor de R\$ 993.025,00, conforme Escritura de Venda e Compra lavrada em 12/05/2005, apurando ganho de capital na alienação do imóvel no valor de R\$ 593.025,00 e imposto sobre a operação no valor de R\$ 88.953,75.

[...]

Quanto às DITR, conforme pesquisas de fls. 07/11, verifica-se que foram entregues Declarações de ITR, conforme segue abaixo:

ANO DE REFERÊNCIA DEPÓSITO	DECLARANTE	CPF/CNPJ	DATA DE RECEPÇÃO
2001	SOCICAM ADM. PROJETOS E REPRES	43.217.280/0001-05	09/12/2002
2002	SOCICAM ADM. PROJETOS E REPRES	43.217.280/0001-05	09/12/2002
2003	JCPG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	05.616.702/0001-18	13/10/2003

Ante o que foi acima colacionado verifica-se que de fato houve a entrega das DITR's dos anos de aquisição e de alienação do imóvel à RFB, pelas empresas SOCICAM e JCPG, respectivamente, e não pelo Recorrido, como fez crer a Recorrente.

Ora, no caso em tela não resta a menor dúvida de que as DITR'S dos anos de aquisição e alienação, referentes ao imóvel em questão, foram enviadas para a RFB.

Também constato que nos autos não consta qualquer informação de que tais DITR'S foram objeto de qualquer tipo de revisão ou glosa.

Assim, é de se entender que tais DITR'S já se encontram homologadas tacitamente em razão do escoamento do prazo quinquenal. São, portanto, plenamente eficazes para apontar o VTN do imóvel em questão para os fins que visava o Recorrido.

Ante tudo acima exposto e o que mais constam nos autos, voto no sentido de acolher os embargos de declaração e ratificar o Acórdão de nº 2801002.861, sem alteração do resultado do julgamento.

Assinado digitalmente
Carlos César Quadros Pierre